

A construção do dispositivo meio ambiente

The construction of environmental dispositif

Beatriz Scigliano Carneiro

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, Brasil, pesquisadora no Nu-Sol e no Projeto Temático FAPESP Ecopolítica. Publicou em 2004, com auxílio FAPESP, o livro *Relâmpagos com Claror; Lygia Clark, Hélio Oiticica, vida como arte*. Contato: bmscarneiro@uol.com.br.

RESUMO:

Um dos indicadores da transformação da biopolítica consiste na construção do dispositivo meio ambiente em uma perspectiva planetária impulsionada por grandes encontros transnacionais. Os elementos que confluíram para formar esse dispositivo vieram de procedências heterogêneas: biosfera (natureza), uso de recursos naturais (economia) e saúde humana. As políticas resultantes visam conduzir a população para um modelar uso equilibrado do meio, um uso sustentável, para se melhorar o ambiente, tanto natural quanto artificial, e, conseqüentemente, contribuir para a saúde do planeta. Palavras-chave: meio ambiente, biopolítica, encontros transnacionais.

ABSTRACT:

One indicator of the transformation of biopolitics is the construction of the device environment on a planetary perspective driven by large transnational meetings. The elements that stitched together to form this device came from heterogeneous sources: biosphere (nature), use of natural resources (economy) and human health. The resulting policies aim to lead the people to a modelling balanced and sustainable use of the environment, both natural and artificial, in order to improve it, and thus contribute to the health of the planet.

Keywords: environment, biopolitics, transnational meetings.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano (2012). A construção do dispositivo meio ambiente. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 4, set-dez, pp. 2-15.

Recebido em 16 de setembro de 2012. Confirmado para publicação em 02 de outubro de 2012.

Ambiente, ambiance, environnement, milieu, environment, milieu ambiente, meio ambiente, Umwelt, aira ambient, ambientes. Evocam ar, atmosfera, o espaço que nos envolve, as coisas que nos rodeiam. Palavras que circularam pela antiguidade clássica, atravessaram as experimentações científicas de físicos como Galileu e Newton, chegaram à biologia do século XVIII. A invenção da palavra em inglês *environment* foi feita pelo poeta britânico do século XIX, Carlyle, ao traduzir a palavra alemã *Umwelt* de um poema de Goethe (Spitzer, 1942: 204-205). Palavras que se transportaram de um povo a outro por meio de traduções, evocações poéticas, e também por práticas, práticas de governo.

No conjunto de aulas Segurança, território e população, Foucault (2004) explicita a biopolítica, técnica das relações de poder que se dirigem ao homem-espécie, afetado por processos vitais como nascimento, morte, doenças. Nas aulas iniciais dessa série, descrevem-se os mecanismos de segurança pelos quais se governa por cálculos de probabilidades, pela prevenção de acontecimentos futuros que possam impedir a circulação de pessoas e coisas e também pela maximização de elementos para uma boa circulação. Governa-se a população, o novo alvo do poder a partir do século XVIII, com técnicas de segurança.

O meio, *milieu*, teve um papel decisivo na constituição dessas técnicas de segurança na biopolítica, pois os cálculos dos perigos e riscos possíveis envolviam qualidades dos locais onde estava a população. *Milieu* veio da física mecânica de Newton, é uma tradução para o francês da palavra *médium*, fluido que existiria entre as coisas; depois passou para a biologia de Lamarck, no século XVIII, para explicar a reação dos organismos vivos frente à ação das forças penetrantes do meio. O meio assinala a distância da ação de um corpo sobre o outro, relaciona-se, portanto, à circulação, aos movimentos dos corpos e mútuas interferências, marcando relações entre a espécie humana e seu *meio*. (Foucault, 2004: 22)

Na época, surgiram técnicas políticas de melhoria da vida da população que implicavam intervenções sobre o meio, pois este era considerado ativo e atuante sobre a população (Idem:23). A noção de um espaço a ser alterado para melhoria humana veio de práticas de planejamento e construção de um meio artificial – as cidades – e depois se estenderam às paisagens naturais ao se avaliarem os problemas que certos lugares produziam nas pessoas. Por exemplo, as epidemias poderiam ser efeitos tanto do meio artificial humano, cidades e aglomerações, quanto de pântanos e charcos com seus miasmas, e ambos os espaços exigiriam intervenções. A noção de meio deslocou-se da física, tornou-se, assim, um conjunto de dados naturais: rios, pântanos, florestas, e um conjunto de dados artificiais: aglomerações de indivíduos, habitações, edifícios, arruamentos e a própria vida social nesses espaços. O meio torna-se fator de ordenamento da natureza da população humana.

Ao demonstrar o alcance da biopolítica, Foucault encontrou um autor francês do século XVIII que se referira à ação do governo sobre clima, curso dos rios, morros, solo agriculturável, em um livro de 1778. O autor, Moheau, não citou a palavra *meio*, mas foi um dos primeiros que definiu como um alvo de intervenções do poder para modificar a espécie humana o que posteriormente passou a ser conceituado um meio histórico-natural (Ibidem:24). Segundo Foucault: “*os dispositivos de segurança trabalham, fabricam, organizam, administram um meio antes mesmo que a noção esteja formada e isolada*” (Ibidem:22). Esta técnica política que se dirige ao meio consiste em um dos eixos da biopolítica e da introdução dos mecanismos de segurança (Ibidem:25).

Mas hoje, século XXI, meio e população se imbricam de uma outra maneira, em que a passividade inicial da população frente a um meio ativo e determinante cede a um maior ativismo e participação das pessoas na relação com seu meio. Nos dias de hoje, um dos indícios da transformação da biopolítica consiste no momento que o meio

ambiente tornou-se um dispositivo. Esse momento tem uma data: 1972, quando da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, marcando a confluência de tendências e discussões esparsas sobre o tema. Escolher esta ou aquela data, ou este ou aquele evento como divisor de águas, sempre tem um caráter arbitrário, mas no caso não é difícil perceber as transformações que estamos aqui discutindo.

Porque dispositivo? Dispositivo, no sentido comum da palavra, é um conjunto de peças que aciona um mecanismo ou realiza uma função, ou, em um sentido jurídico, é uma prescrição, uma regra. Para Foucault, dispositivo estabelece nexos entre elementos heterogêneos, oferece um novo campo de racionalidades, um novo campo de verdades, e é uma estratégia que responde a uma urgência. Inclui discursos, instituições, elementos arquitetônicos e de ordenamento do espaço, filosofias, subjetividades. Reorienta e fornece outras dimensões aos elementos que agrupa (Castro, 2009: 124).

Os elementos que confluíram para formar esse dispositivo vieram de procedências heterogêneas. Uma noção de meio já estava presente na biopolítica, não era apenas um meio natural, mas o espaço artificial das cidades e das relações sociais. Quando se configurou o dispositivo de meio ambiente, essa noção de *meio* ganhou outro sentido ao se compor com outros elementos.

Ambiente remete à atmosfera, ao ar, o que nos circunda. Um dispositivo responde a uma urgência, é uma estratégia. O ambiente ou meio ambiente como uma questão para a segurança do planeta tornou-se premente a partir da Segunda Guerra. Antes disso, havia muitos movimentos ambientalistas dispersos pelo mundo, mas voltados para a defesa de aspectos específicos: preservação de paisagens, proteção a peixes, aves migratórias, animais de caça, conservação da qualidade das águas deste ou daquele rio, combate à desertificação de áreas de cultivo.

Um acontecimento explicitou o alcance do problema: a explosão das bombas de hidrogênio em 1945, incluindo a posterior discussão ainda atual sobre o uso da energia nuclear, mesmo pacífico. As experiências com explosões atômicas demonstraram a impossibilidade de um controle dos efeitos radioativos que se espalhavam pela atmosfera do planeta. O dispositivo não foi uma resposta direta a isso, mas incorporou o alcance planetário dos efeitos das ações humanas sobre o meio que acabaram exigindo um redimensionamento dos cálculos de risco e periculosidade no meio ambiente.

Nessa metade do século XX, a ecologia passou a ser evocada e divulgada na opinião pública como uma força e uma verdade “capaz de restringir o uso da ciência moderna baseada no poder sobre a natureza” (Worster, 1994: 343-344). A ecologia consiste em um ramo da ciência biológica em que as espécies e seus organismos deixaram de ser o alvo central das pesquisas, investiga-se o que ocorre entre as espécies através das trocas energéticas da cadeia alimentar presente nos diversos ecossistemas. Os movimentos de defesa da natureza se fortaleceram com o discurso ecológico que mostrou o alcance da interação dos seres vivos com o meio e entre si, os seres humanos como parte desse emaranhado, ampliando a luta para a defesa do ambiente. A ecologia contribuiu para a construção do dispositivo meio ambiente ao reunir práticas e verdades em torno da conservação da vida no planeta e mostrar uma interação maior entre população e meio. Devido à força das verdades ecológicas, consolidou-se uma associação mais forte entre meio ambiente e a noção de natureza, o sentido de natureza se assimila ao termo meio ambiente no dispositivo.

A década de 1960 marcou-se por grandes manifestações de protestos e articulações resistentes em todo mundo: contra a guerra do Vietnã, contra moral e política conservadoras, contra a energia nuclear, mesmo com os chamados “fins pacíficos”, contra ditaduras. As questões referentes

à poluição e destruição do meio ambiente planetário entraram na pauta junto com uma revalorização da natureza como sendo fonte de uma verdade original e inquestionável que a humanidade deveria aprender a respeitar. Nessa década, alguns livros e estudos sobre o tema ecologia e ambiente tiveram grande recepção e serviram de base para informações divulgadas na mídia corroborando manifestações e políticas. Para citar alguns exemplos, em 1964, foram publicados *Antes que a Natureza morra*; de Jean Dorst, na França; nos EUA, o livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, sobre o perigo invisível da contaminação dos seres vivos não só humanos, por produtos químicos usados no dia a dia, como DDT, um pesticida doméstico. Ao lado de livros e artigos que enfatizavam os problemas no ambiente, havia outros que focavam o problema do crescimento da população no mundo numa chave malthusiana,¹ apontando para o fim dos recursos da Terra.

Por outro lado, engrossando o caldo das disputas pelo diagnóstico das ameaças ao planeta, em 1968, em Roma, um grupo de empresários reuniu-se com cientistas e tecnólogos para discutir os rumos econômicos da humanidade, diagnosticar corretamente os problemas e buscar soluções inovadoras, fundando o Clube de Roma. Das primeiras reuniões, surgiu o Projeto sobre a Condição da Humanidade, cujo objetivo era examinar a “problemática mundial”, na qual se incluíam pobreza, desemprego, poluição, crescimento urbano desordenado, desemprego, inflação, “perda da confiança nas instituições, alienação da juventude, rejeição de valores tradicionais” (Meadows, 1972: 12).

Para uma compreensão “verdadeira” do conjunto e da interação dos fatores, desenvolveu-se o um modelo matemático para o diagnóstico e o prognóstico de cenários futuros. Houve o apoio de profissionais do MIT e o resultado foi o livro *Os limites ao crescimento*, de Denis

¹ Entre outros: *The population bomb* (A bomba populacional), de Paul Ehrlich; “The tragedy of commons” (A tragédia dos comuns) de Garret Hardin, respectivamente livro e artigo publicados em 1968.

Meadows e equipe, publicado em 1972. Concluiu-se que o planeta não suportaria o crescimento populacional pois este, ao pressionar os recursos naturais e energéticos, acarretava aumento da poluição e a degradação do meio ambiente. No entanto, diagnosticado o problema, afirmou-se com otimismo: “é possível alterar essas tendências de crescimento e chegar a uma condição de estabilidade ecológica e econômica que fosse sustentável por muito tempo no futuro” (Idem: 24).

Ainda durante 1968, na busca por solucionar problemas que se mostravam planetários, a Organização das Nações Unidas, fundada em 1945, decidiu realizar um grande encontro, sobre “os problemas do ambiente humano”, marcado para 1972. Foi uma recomendação do Conselho Sócio-Econômico (ECOSOC), que se impactou com relatórios e eventos de outros importantes órgãos do sistema ONU. O evento de impacto foi a Conferência da Biosfera, realizada em Paris pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) visando montar uma base científica de alto nível para o uso racional e conservação dos recursos naturais, e que marcou a entrada do termo biosfera² na política internacional. Nesse encontro, “A preservação da natureza sob forma de santuários é abandonada em prol da conservação pela qual se visa a melhoria das qualidades humanas” (Acot, 1990:187). Quanto aos relatórios de impacto mundial, um foi elaborado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization – FAO*) e UNESCO sobre a conservação e uso racional dos recursos na questão de produção de alimentos; o outro foi um extenso documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os efeitos da poluição na saúde humana.³ Assuntos heterogêneos foram assim agrupados e denominados *ambientais* e incluídos na pauta principal das atividades do sistema ONU.

² Biosfera é o conjunto de todos os ecossistemas da terra.

³ World Health Organization. Technical Report Series n° 406. *Research into Environmental Pollution*. Genebra: WHO, 1968.

Contudo, a perspectiva de uma discussão ampla sobre o uso dos recursos e controle da poluição mediante provável intervenção no crescimento econômico não agradou inicialmente a maioria dos países-membro da ONU. A 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano foi considerada uma iniciativa de países desenvolvidos no sentido de se coibir o crescimento dos demais a pretexto de medidas contra a chamada deterioração do ambiente e poluição. Apesar disso, reuniu representantes de 113 países, 250 organizações não-governamentais e outros organismos da ONU. Na época, foi o maior encontro internacional em número de nações participantes, apesar do boicote da URSS e outros países do leste europeu sob efeito da guerra fria⁴. As discussões acirradas giraram em torno da relação entre desenvolvimento econômico e degradação ambiental, tema pela primeira vez destacado na agenda internacional, como um explícito conflito entre Primeiro e Terceiro Mundos. Houve certo consenso em torno da afirmação de que a “pobreza é a pior poluição”, que alertava para os perigos de se limitar o crescimento de países pobres. Essas posições forçaram que se considerassem com maior cuidado as relações entre meio ambiente e economia.

Desde as reuniões preparatórias para o encontro, foram incluídos no conceito de meio ambiente não apenas as questões ecológicas ou efeitos de poluição na saúde humana, mas problemas da sociedade, como a fome, miséria, más condições de habitações, saneamento, doença, “tudo aquilo por que lutam os países pobres” (Tamanes, 1983:127). Assim, a noção de meio ambiente se complementou com questões sociais. A noção de meio incluiu algumas questões que um século antes estariam restritas ao que se concebia como população.

Os três grupos de elementos: biosfera (natureza), uso de recursos naturais (economia) e saúde humana ameaçada pelos efeitos da poluição, inclusive a radioativa, configuraram o que se considera hoje como *meio*

⁴ A China estava, porém, presente e atuante.

ambiente e, na interseção dos três grupos, destacaram-se os efeitos das atividades humanas enquanto capazes de criar ambientes específicos.

A Conferência de 1972 produziu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, uma série de princípios de comportamento e responsabilidade das decisões concernentes a questões ambientais a serem cumpridas internacionalmente. A declaração de Estocolmo conta com 26 princípios agrupados em cinco blocos:

- 1) os recursos naturais deveriam ser conservados, a capacidade da terra de produzir recursos renováveis deveria ser mantida e os recursos não renováveis deveriam ser compartilhados;
- 2) desenvolvimento e preocupação ambiental deveriam andar juntos e os países desenvolvidos deveriam ajudar os não desenvolvidos a implementarem políticas de proteção ambiental;
- 3) cada país deveria estabelecer seus padrões de administração ambiental e explorar seus recursos mas sem prejudicar ou colocar em perigos outros países. Deveria haver cooperação internacional na questão do meio ambiente.
- 4) a poluição não deveria exceder a capacidade do meio ambiente de se recuperar; a poluição dos mares deveria ser evitada.
- 5) ciência, educação, tecnologia e pesquisa deveriam ser utilizadas para a proteção ambiental (McCormick, 1992: 110).

A Declaração de Estocolmo seria equivalente à declaração dos Direitos Humanos da ONU pela abrangência dos temas e efeitos em longo prazo. (Soares, 1995: 82). Mesmo as declarações posteriores, como a Declaração do Rio 92, ou a Carta da Terra, não se afastaram das linhas gerais desse documento que consolida a abrangência do dispositivo meio ambiente. Como um dos resultados da conferência, houve um compromisso que o tema *meio ambiente* entraria na agenda de cada país integrante da ONU. Além disso, os ambientalistas começaram a participar mais ativamente das políticas de governos de seus países e suas lutas foram sendo incorporadas na pauta de reivindicações de outros setores sociais.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi criado para implantar o Plano de Ação da Conferência e o Programa

de Vigilância, *Earthwatch*, uma rede planejada para pesquisar, monitorar e avaliar as tendências e processos ambientais, identificando riscos ambientais e a situação dos recursos naturais. Uma série de estudos ecológicos e econômicos foram realizados com apoio do PNUMA, destacando-se, em 1980, a *Estratégia Mundial para a Conservação*, pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), com colaboração da *World Wildlife Fund* (WWF), em que aparece o uso pioneiro da expressão “desenvolvimento sustentável” (IUCN 1980). O desenvolvimento econômico que se pautasse pela sustentabilidade deveria considerar a *capacidade de suporte* dos ecossistemas utilizados, a ser identificada pelo saber ecológico.

Logo após o encontro de Estocolmo, porém, o específico assunto ambiental perdeu a força de mobilização internacional, os estudos do PNUMA foram pouco divulgados e discutidos devido, em parte, à crise econômica mundial instaurada em 1973, resultado do aumento dos preços do petróleo em quase 300% e agravada por uma mudança cambial. A crise econômica e principalmente financeira obrigou mudanças nas políticas e na gestão dos recursos naturais. Para equacionar o impasse entre proteção ao meio-ambiente e desenvolvimento econômico, em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia, presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, visando “uma agenda global para a mudança” a ser posta em prática nos decênios seguintes levando em conta “as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento”, nos termos do documento resultante, intitulado *Nosso Futuro Comum*, de 1987 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991: XI).

O impasse entre crescer e conservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo *desenvolvimento sustentável*, o qual se funda em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Os recursos poderiam ser usados, o lucro

crescer, desde que se mantenha a *sustentabilidade*, mediante a qual “o desenvolvimento satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Idem: 12) O dispositivo meio ambiente agrupou elementos heterogêneos e agora obteve sua meta para direcionar suas forças: a sustentabilidade.

Vinte anos depois de Estocolmo, outra grande conferência ambiental foi realizada pela ONU, no Rio de Janeiro: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Cúpula da Terra (*Earth Summit*), também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Uma outra configuração mundial se anunciava com a queda do muro de Berlim, assinalando o fim do comunismo na URSS e leste europeu e, nesse momento, a Conferência da ONU mobilizou a comunidade internacional em torno da questão de uma “governança global para preservar a vida na Terra”, também colocando na pauta a necessidade de uma urgente e efetiva “*mudança de comportamento*”, comportamento dos Estados, das organizações internacionais, das empresas, das associações de uma chamada “*sociedade civil planetária*” e também de cada habitante do planeta.

A Conferência contou com a presença de 172 países, representados por aproximadamente 10.000 participantes, incluindo 116 chefes de Estado. Vários outros encontros sobre o assunto foram realizados na mesma semana, como Fórum de ONGs do mundo todo e encontro de empresários. Cinco documentos foram assinados pelos chefes de Estado: *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*; *Agenda 21*, conjunto de recomendações para o desenvolvimento sustentável (cada país deve implantar a sua própria Agenda, por meio de programas); *Princípios para a Administração Sustentável das Florestas*, garantia aos Estados do direito soberano de usar suas florestas de modo sustentável, de acordo com suas necessidades de desenvolvimento; *Convenção da Biodiversidade*, com metas para preservação da diversidade biológica e

para a exploração sustentável do patrimônio genético, sem prejudicar o desenvolvimento; Convenção sobre Mudança do Clima, com estratégias de combate ao aquecimento global.

Em 2012, o Rio de Janeiro sediou outra Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, ou UNCS D Rio+20⁵. Paralela à Rio 2012, ocorreu a Cúpula dos Povos para o Desenvolvimento Sustentável, evento independente da ONU e dos governos, com a participação de associações e redes de organizações não governamentais e movimentos sociais. Discutiu-se com a *sociedade civil organizada* propostas voltadas para os temas definidos para o encontro: a economia verde inserida no contexto da sustentabilidade e a erradicação da pobreza; a implementação dos acordos feitos em outras cúpulas de desenvolvimento sustentável; “formas sustentáveis de governança” global e local. Foi decidido que uma comissão especial estabelecerá metas de sustentabilidade para serem implementadas pelos países membros da ONU no moldes dos conhecidos Objetivos do Milênio, os 8 Jeitos de Mudar o Mundo,⁶ definidos pela ONU no ano 2000, para serem alcançados por todos os países até 2015.

Os grandes encontros transnacionais citados mostram a construção do dispositivo meio ambiente. Consistem em institucionalizações que aglutinam forças procedentes de diversos locais e setores, mobilizadas em torno de reivindicações por mudanças ou consolidação de decisões. Deles resultam acordos, recomendações, compromissos que se tornam programas globais e locais, com maior facilidade de captação de recursos financeiros e humanos para serem implantados. Os movimentos se organizam em ONGs ou em fóruns para terem voz e espaços e

⁵ UNCS D é a sigla da United Nations Conference on Sustainable Development.

⁶ Os Objetivos do Milênio são: acabar com a fome e a miséria, educação básica pra todos, igualdade entre sexos e valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde da gestante, combater AIDS, malárias e outras doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; todos trabalhando para o desenvolvimento. Cf. <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>.

conseguirem que itens de sua pauta entrem na discussão internacional instituída e sejam reconhecidos e transformados em programas com efeitos em suas localidades, mobilizando pessoas para sua efetiva implantação.

A partir da ECO-92, observa-se que a recém-construída questão ambiental equaciona-se pela sustentabilidade como meta. A sustentabilidade deriva do modelo de uma natureza essencialmente harmônica e equilibrada. As políticas resultantes do dispositivo ambiental visam conduzir a população para um modelar uso equilibrado do meio para se melhorar o ambiente, tanto natural quanto artificial, e, conseqüentemente, contribuir para a saúde do planeta. A harmonia da natureza é um modelo que muitas vezes recorre a outros saberes para se comprovar sua veracidade.

Destes estudos procedem relações que atravessam a vida de cada um cujo foco principal repousa na continuidade capitalista por um viés do desenvolvimento sustentável, que pretende tornar-se hegemônico. Trata-se de um gigantesco esforço que deve produzir conexões. Tudo o que parece paralelo, alternativo, como os saberes das hoje chamadas populações tradicionais, deve produzir um fluxo que conecte a produção de verdade sobre o meio ambiente.

A relação entre segurança e saúde ultrapassa o patamar das chamadas políticas governamentais para fazer funcionar o regime das *melhorias* com garantias às *futuras gerações*. As populações são redimensionadas do efeito urbano anterior para repercussões amplas que tendem a dissolver as dicotomias rural-urbano, nacional-internacional. Neste sentido, as populações são localizadas e estimuladas a investirem em si mesmas pela racionalidade neoliberal e devem funcionar juntas e misturadas, assim como Estados e ONU.

O capitalismo para produzir exige uma relação de *melhorias* com o meio ambiente. E neste enunciado, produzido pelas forças em luta problematizando suas urgências, dissolvem-se os paralelismos, e se capturam suas produções de verdades. Mas isso não é um determinismo,

um destino inexorável, pois a história produz também o inesperado diante do insuportável. Diante do insuportável, inventam-se atmosferas outras.

Bibliografia

ACOT, Paul (1990). *História da Ecologia*. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus.

CASTRO, Edgardo (2009). *Vocabulário de Foucault*. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Revisão de Walter O. Kohan e Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso futuro comum*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FOUCAULT, Michel (2004). *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil.

IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (1980). *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*. Gland (Suíça): IUCN. Em português: *Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentável*. [grifo meu]. Tradução pela CESP da versão em espanhol. São Paulo: CESP, 1984.

McCORMICK, John (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MEADOWS, D. et al. (1972). *The limits to growth. a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books.

SOARES, Guido (1995). "O meio ambiente global: de Estocolmo à Eco-92 e a América Latina". In: SOARES, G. et. al.. *Ecologia, Sociedade, Estado*. São Paulo: EDUC.

SPITZER, Leo (1942). "Milieu and Ambiance: an essay in historical semantics". In: *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol.3, nº 2. Dec., pp 169-218. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2102775> (consultado em 04/09/2010).

TAMANES, Ramón (1983). *Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento*. Tradução de José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote.

WORSTER, Donald (1994). *Natures Economy: a history of ecological ideas*. 2ª edição. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press.